

PATRIMÓNIO CULTURAL



PATRIN
CULTU

MONUMENTO JURAL







PATRIMÓNIO CULTURAL

Os concelhos de Amarante, Marco de Canaveses e Baião localizam-se no território do Baixo Tâmega nas proximidades da confluência do rio Tâmega com o rio Douro e incluem a serra da Aboboreira e do Castelo como continuidade da Serra do Marão e Alvão. Esta localização contribui para as condições naturais influenciadas pelos alinhamentos montanhosos que constituem a barreira de condensação do Noroeste Português, a Sul e Norte do rio Douro. A posição geográfica, a geologia, o relevo e a própria paisagem contribuem para as características deste espaço de transição entre a amenidade do Entre Douro e Minho, o carácter mediterrânico do Douro Vinhateiro com o rigor dos espaços interiores que apresentam continuidade com o Vale do Douro e as áreas de maior altitude. A diversidade das condições naturais e a riqueza em recursos naturais favoreceu uma ocupação humana milenar desde a pré-história, e segundo diferentes padrões, até à atualidade. Região ainda fortemente marcada pela ruralidade, o Baixo Tâmega reúne áreas e paisagens muito diversificadas que se distribuem desde as margens do Douro e do Tâmega até às zonas montanhosas das Serras da Aboboreira, Castelo e do Marão, espaços que o homem foi sucessivamente ocupando e transformando, de forma também diferenciada, ao longo de milhares de anos. Como resultado deste processo histórico constituiu-se uma vasta herança cultural que se manifesta nas atuais formas de povoamento, ocupação e organização do território e se materializa também num importante legado de natureza arqueológica e arquitetónica que deverá ser entendido, simultaneamente, como fator identitário e como recurso com enorme potencial nas estratégias de promoção e valorização deste território.

ARQUEOLOGIA E ARQUITETURA

Subindo por ladeiras que nos assombram pelos seus belos horizontes, entramos no reino das montanhas graníticas, com menos pessoas, mas com uma presença extraordinária ao nível arqueológico.

Quando se considera a área global dos três municípios, a dimensão quantitativa do património arquitetónico sobressai relativamente ao património estritamente arqueológico, evidenciando um legado histórico fortemente associado a

zonas de encosta e aos vales onde se registam as maiores densidades de ocupação humana, ao longo dos últimos séculos. À medida que se ascende aos espaços montanhosos das Serras graníticas orientais, de povoamento mais raro e onde prevalecem os aglomerados rurais de montanha, verifica-se um maior equilíbrio numérico entre as realidades arqueológicas e arquitetónicas presentes no território.





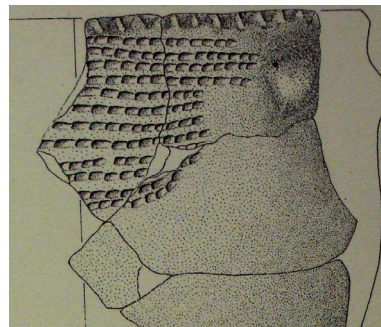
PRÉ-HISTÓRIA



Os primeiros indícios da ocupação humana neste território concentram-se na Serra da Aboboreira e datam de há cerca de 7.000 anos.

Os estudos paleobotânicos realizados no âmbito do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira a partir de restos vegetais conservados em estações arqueológicas e depósitos naturais, permitem-nos antever a paisagem daquela época, bem distinta da atual.

Os carvalhais, hoje acantonados a cotas de baixa e média altitude, dominavam a paisagem, embora também marcassem presença outras espécies arbóreas de folha caduca, como o castanheiro, o vidoeiro, a aveleira. Junto às linhas de água cresceriam bosques de amieiros, salgueiros, freixos, choupos. O crescimento arbóreo tinha sido favorecido pelas alterações climáticas registadas há cerca de 10.000 anos, com o fim da última glaciação. O clima seria quente e húmido, o que terá também favorecido a expansão de prados de gramíneas.





SERRA DA ABOBOREIRA
PATRIMÔNIO CULTURAL

AS SERRAS DA ABOBOREIRA E DO CASTELO

A partir da 2.ª metade do V milénio A.C. inicia-se a construção das primeiras arquiteturas tumulares, sendo ainda hoje desconhecidos os povoados com elas relacionados. No entanto não se devem ignorar os vestígios que indiciam a existência de habitats nas suas proximidades, para além da presença de elementos de moinhos manuais reaproveitados na construção das estruturas pétreas dos monumentos.

Não seria de estranhar que esses vestígios testemunhassem a existência de um povoamento, não

só anterior, mas também contemporâneo destes monumentos. Provavelmente temporário e cíclico durante o ano, com uma ocupação nos planaltos durante a parte estival do ano, e uma descida a sítios mais baixos já próximos de vales de meia encosta durante o Inverno.





OS PRIMEIROS MONUMENTOS SEPULCRAIS

Na Serra da Aboboreira, entre os finais do V milénio e inícios do IV milénio A.C. (4350-3900 A.C.), inicia-se a construção dos primeiros sepulcros com tumulus, de reduzidas dimensões, implantando-se de uma forma ainda tímida na paisagem, com pouca visibilidade, numa posição isolada e nas áreas periféricas das chãs como são os casos das mamoadas de Monte de Olheira (Ovil, Baião) e de Cabras (S. Simão de Gouveia, Amarante). A primeira encerra um sepulcro ortostático e a se-

gunda uma estrutura interna indefnida. Nesta altura terão também sido construídos os primeiros dólmens, fechados e abertos, como Furnas 2 (S. Simão de Gouveia, Amarante) e Meninas Crasto 2 (Ovil, Baião). São ainda de dimensões medianas no que diz respeito à sua estrutura Dólménica e à tumular. Tal como os anteriores, estão implantados em chãs embora se destaquem mais um pouco no terreno.

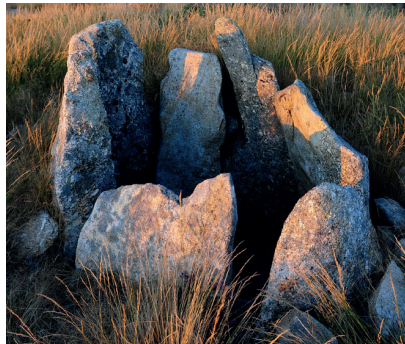






OS MONUMENTOS MEGALÍTICOS

É na primeira metade do IV milénio A.C. (4000-3650 A.C.) que se atinge a grande fase de construção de monumentos megalíticos, assistindo-se a uma maior monumentalização dos tumulus, que atingem agora as médias ou até mesmo as grandes dimensões. Veja-se como exemplo Meninas do Crasto 3, Outeiro de Gregos 2 e Mina do Simão para o segundo caso. Os dólmens fechados ou abertos, ganham também maior visibilidade em altura e/ou em diâmetro. Estas dimensões, aliadas ao facto de estarem implantados em amplas chãs, por vezes sobre relevos naturais, permitem que estes monumentos se destaquem bastante bem na paisagem.





SERRA DA ABOBOREIRA
PATRIMÓNIO CULTURAL

A FASE PLENA DO MEGALITISMO

A fase plena do megalitismo nesta região marca a passagem da 1.ª para a 2.ª metade do IV milénio e os finais do IV milénio A.C.

Se aceitarmos a hipótese de uma cronologia mais recente para os grandes dólmens abertos, como

Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3 (Aboboreira) e Chã de Arcas 3 (Castelo), então estes dólmens poderão integrar juntamente com Chã de Parada 1, a fase plena do Megalitismo destas duas Serras.





A CRESCENTE INDIVIDUALIZAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DO RITUAL FUNERÁRIO

Os finais do III milénio A.C. marcam uma nova mudança de mentalidade e novos rituais funerários, em que a inumação individual volta a ter lugar, com espólio mais rico e dignificante, individualizador de uma elite que manifesta o seu poder social pela posse de armas e pelo uso de certos produtos de prestígio, como parece ser o caso do vaso campaniforme, presente na reutilização de monumentos megalíticos desde o III milénio A.C.





SERRA DA ABOBOREIRA
PATRIMÓNIO CULTURAL

PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O período de aproximadamente mil anos aqui considerado - genericamente compreendido entre o século V a.C. e o século IV a.C. - corresponde à emergência e desenvolvimento da designada “cultura castreja” e à sua subsequente transfor-

mação e aculturação provocada pela extensão do domínio romano ao território do Noroeste Peninsular, a partir das campanhas militares de Décimo Júnio Bruto, ocorridas no final do século II a.C.





ENTRE A ANTIGUIDADE TARDIA E A IDADE MÉDIA

Encontram-se registados neste território mais de uma dúzia de sítios arqueológicos identificados como castelos. Na maioria dos casos trata-se de estruturas muito rudimentares – formadas por adaptações topográficas, cortes da penedia, taludes artificiais ou muralhas de pedra irregular, sem recurso a argamassas – retirando assim sobretudo partido das condições naturais de defesa proporcionadas pelos locais escolhidos. No caso do Castelo de Carvalho de Rei (Amarante), conservam-se sinais evidentes de um povoado que estaria associado à estrutura castelar, registando-se ainda um notável elemento escultórico de características Pré-Românicas, constituído por um friso ou imposta com ornamentação em espinha, que certamente pertenceu a um templo coevo.

O património arqueológico do período medieval possui algum relevo nesta área, que concentra vestígios importantes de seis castelos roqueiros,

localizados principalmente nas encostas viradas à bacia do Tâmega, registando-se ainda onze necrópoles ou sepulturas escavadas na rocha, e um problemático conjunto de covas rupestres, algumas das quais eventualmente representativas de eremitérios ou habitats deste período.



No grupo das igrejas paroquiais assinala-se a de Soalhães, documentada desde o séc. IX, exibindo ainda vestígios de fábrica românicogótica e ampla reedificação no século XVIII, de que resultou a riqueza de um interior revestido a azulejo e talha dourada; a igreja de Valadares (Valadares, Baião), de estrutura românica tardia conservando no in-

terior notáveis pinturas a fresco datadas do século XV; e a igreja matriz de Folhada (Folhada, Marco de Canaveses), também de estrutura românica tardia com ampliações do século XVIII. (Igreja de São Martinho de Soalhães).









É sobretudo na presença e importância dos aglomerados rurais de montanha – exibindo uma morfologia concentrada de construções graníticas, onde se identifica frequentemente o espaço de uma grande eira comum, implantada em local destacado e envolvida por conjuntos de espigueiros – que a área mais se individualiza. Surgindo em zonas de povoamento mais raro, acima dos 700 metros de altitude, estas aldeias serranas organizam e polarizam todo o espaço rural envolvente marcado pelo recortado parcelário agrícola, pelos conjuntos de moinhos e por complexas redes de caminhos e de captação e distribuição de água, aspetos que no seu conjunto conferem um carácter identitário muito forte a esta paisagem.

Dos solares ou casas nobres destacam-se o con-

junto oitocentista da Casa de Chavães (Ovil, Baião) e as casas de Penaventosa (Campelo, Baião) e Quintã (Soalhães, Marco de Canaveses). Estas últimas encontram-se documentadas desde o século XVI, exibem soluções arquitetónicas do século XVIII formando planta quadrangular com quatro alas e um pátio central com chafariz, tendo associadas as respetivas capelas privadas.





SERRA DA ABOBOREIRA
PATRIMÓNIO CULTURAL

A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM TRADICIONAL, ENTRE A IDADE MÉDIA E A ATUALIDADE

Designamos por Paisagem Tradicional o momento de organização da paisagem imediatamente anterior às profundas ruturas mais recentes que no prazo de apenas meio século, entre 1950 e 2000, fariam reduzir o peso da população rural portuguesa de valores superiores a 50%, ainda consideravelmente elevados para a época no contexto europeu, para valores inferiores a 5%.



A MORADA NOBRE, SOLARES E CASAS GRANDES

Numa paisagem claramente marcada desde a Idade Média precoce pela senhoriação, a morada nobre constitui o elemento patrimonial de época medieval/moderna que mais abundantemente se referencia.





JUNCAL
CESTÃO C.F.



CONJUNTOS OU NÚCLEOS URBANOS

Sobre o quadro paroquial estabeleceram-se as jurisdições concelhias ou municipais. O local onde se implantam o Pelourinho e a Casa da Câmara constituem a sede destas jurisdições. Numa boa parte do território da Monarquia Portuguesa, aquela sede localiza-se num aglomerado populacional de características urbanas, nomeadamente o ser delimitado e protegido por um muro de cerca ou muralha. A designação destas povoações muradas e sedes de jurisdição era normalmente a de vila ou cidade. Não é o caso da região objeto deste estudo e, de uma forma mais geral, da maior parte do Entre o Douro e Minho em que aquela se situa. No passado das épocas moderna e contemporânea escassa ou nenhuma tradição urbana. O tipo de

povoação que mais se aproxima de um padrão urbano surge aqui sob a forma da “Povoação – Rua”, fortemente relacionada com as redes de relação, nomeadamente com os acessos imediatos a pontes cuja travessia assume especial relevo entre os trajetos de articulação regional.









SERRA DA ABOBOREIRA
PATRIMÓNIO CULTURAL

COMO CHEGAR

Vindo do Porto: Na A4, saia em direção a Marco de Canaveses (nº14), siga pela variante à EN 321 e continue pela EN 321-1 em direção à Baião. Ao km 5.2 saia na indicação Centro Hípico de Baião/Centro de BTT.

Vindo de Amarante: Na EN 101, ao Km 151.5, corte à direita em direção à Baião. Ao chegar ao centro da Vila circule pela EN 321-1 e siga a indicação de Centro Hípico de Baião/Centro de BTT.
GPS: 41.165891, -8.049543





ONDE COMER | ONDE DORMIR

Informação completa em:

Posto de Turismo – Amarante

Loja Interativa de Turismo
Largo Conselheiro António Cândido
4600-552 Amarante
Telefone: +351 255 420 246
E-mail: turismo@cm-amarante.pt



Posto de Turismo – Baião

Loja Interativa de Turismo
Rua de Camões, Jardim Dr. José Teixeira da Silva
4640-147 Baião
Telefone: +351 255 006 348
E-mail: turismo@cm-baião.pt



Posto de Turismo – Marco de Canaveses

Loja Interativa de Turismo
Alameda Dr. Miranda da Rocha
4630-219 Marco de Canaveses
Telefone: +351 255 538 800
E-mail: turismo@cm-marco-canaveses.pt





União Europeia

Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

